

Conselho Pedagógico

Ata nº 52

Aos dias dezanove do mês de maio de dois mil e vinte, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, via plataforma Colibri (<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/95081610317>), às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais
3. Regulamento de Transição da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais
4. Orientações pedagógicas para o ano letivo 2020-21
5. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Carlota Real; Ana Francisca Jones; Ana Raposo; Ana Varela; Beatriz Carvalho; Carlos Andrade; Carolina Bártole; Fernanda Bonacho; Filipa Subtil; Gonçalo Martins; Guilherme Carvalho; Helena Pina; João Farmhouse; Madalena Costa; Maria João Centeno; Mariana Esteves; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia; Vanda Sousa e Zélia Santos.

Não estiveram presentes: Maria Constança Castanheira e Paula Nobre, que justificaram a sua ausência; Filipa Silva e Sérgio Lopes, que não justificaram a sua ausência.

Ponto 1

Informações

A Presidente começou por referir as taxas de resposta aos questionários relativos ao funcionamento das UC do 1º semestre das licenciaturas, mestrados e pós-graduações. Do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia responderam 33% dos estudantes, em Jornalismo, 32%, em Publicidade e Marketing, 33% do regime diurno e 38% do pós-laboral e em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, 48% do regime diurno e 33% do pós-laboral. Do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia responderam 37% dos estudantes, em Gestão Estratégica das Relações Públicas, 18%, em Jornalismo, 26% e em Publicidade e Marketing, 37%. Do curso de pós-graduação em *Branding* e *Content Marketing* responderam

29% dos estudantes, bem como em *Storytelling* e em Indústrias Criativas e Culturais, 25%. Destacou a reduzida participação dos alunos neste procedimento de recolha de informação fundamental ao Sistema Interno de Garantia da Qualidade da ESCS.

Ponto 2

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais

A Presidente apresentou a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais (anexo 1).

Não havendo questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 3

Regulamento de Transição da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais

A Presidente apresentou a proposta de Regulamento de Transição da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais (anexo 2).

Não havendo questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Regulamento de Transição da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 4

Orientações pedagógicas para o ano letivo 2020-21

A Presidente apresentou uma proposta de Orientações pedagógicas para o ano letivo 2020-21, no seguimento do compromisso assumido na última reunião do órgão. Referiu que tinha pedido a todos os conselheiros e aos coordenadores dos cursos de licenciatura e mestrado que, em conjunto com os representantes do corpo docente no conselho, enviassem sugestões. A versão entretanto disponibilizada já contempla os contributos recebidos nomeadamente por parte da licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, Publicidade e Marketing e do mestrado em Publicidade e Marketing.

O conselheiro Gonçalo Martins, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, solicitou um esclarecimento de como seria, no cenário 2, o funcionamento das UC em módulos intensivos.

A Presidente referiu que essa proposta tinha sido avançada pela conselheira Filipa Subtil na reunião anterior e propõe que, tendo os semestres 15 semanas, 3 UC funcionariam nas primeiras 7 ou 8 semanas do semestre, duplicando a carga horária e as restantes 3 nas semanas seguintes até ao terminus do semestre. Considera que a efetividade deste cenário é

difícil porque, como a carga horária duplica, iriam estar em simultâneo na ESCS muitos alunos, inviabilizando o funcionamento de algumas UC em regime presencial. No documento destaca-se ainda que esta proposta só é viável se a carga horária do docente não ultrapasse o legalmente estipulado.

A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que o cenário 2 lhe parece o mais interessante. Só tem dúvidas relativamente ao facto de, como as aulas presenciais vão decorrer sempre com uma parte da turma de cada vez, a carga horária do docente duplicar ou triplicar sempre que há aulas presenciais.

A Presidente referiu que as horas de contacto para o professor serão as mesmas, ou seja, 45h no caso das UC com 3 horas semanais e 30h no caso das UC com 2 horas semanais (o que representa a maior parte das situações nas licenciaturas e nos mestrados, respetivamente). Sempre que ocorrerem aulas presenciais, e considerando por exemplo que a turma tem à volta de 30 alunos, 15 frequentarão uma aula e os restantes 15 a próxima aula. Cada aluno não terá as 45h de contacto previstas, redução que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior já contemplou desde que a redução no número de horas de contacto seja residual.

A conselheira Helena Pina, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, colocou a questão sobre quantos alunos poderão estar simultaneamente em sala no próximo ano letivo.

A Presidente referiu que as salas do 1º e 2º pisos passam a ter a capacidade para 15-17 alunos. A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, questionou se não há a possibilidade de financiar a duplicação do número de docentes.

A Presidente referiu que não há qualquer previsão de aumento no orçamento da escola.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que a vantagem de se estar a preparar o próximo ano letivo com esta antecedência é a possibilidade de os docentes planificarem muito bem as aulas e conseguirmos escolher o que é essencial acontecer em regime presencial e o que vai passar por outras práticas e formatos à distância.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que a proposta no cenário 2 de as UC funcionarem em módulos intensivos não se adequa a UC laboratoriais, porque o que se pretende é desenvolver uma aprendizagem contínua ao longo de 15 semanas e não 7.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, revelou preocupação com o cenário 3 na medida em que as UC teóricas teriam de ser lecionadas todas à distância, o que considera desadequado. Relativamente ao desdobramento das turmas nas aulas presenciais, sublinhou que o facto de cada aluno ter menos horas de contacto não significa menor carga de trabalho, representa antes mais trabalho autónomo por parte do aluno.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que com esta modalidade de aulas presenciais terão de ser realizados ajustes aos programas das UC, provavelmente uma redução dos conteúdos programáticos.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que, atendendo à necessidade de algumas das atividades letivas continuarem a ser asseguradas à distância, continua preocupada com o facto de nem todos os alunos terem os mesmos recursos disponíveis para conseguirem trabalhar.

A Presidente destacou que foi precisamente por isso que no documento relativo às Orientações Pedagógicas para o ano letivo 2020-21 se refere: "Deverá também existir na ESCS um conjunto de salas disponível para ser usado por estudantes e docentes que manifestem essa necessidade".

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que estava a pensar nas situações em que o aluno não pode dirigir-se à escola por, por exemplo, pertencer a um grupo de risco.

A Presidente referiu que esse é um dos casos já apontados pela direção como excecional e diz respeito tanto a docentes como estudantes. No caso dos estudantes, cada docente fará o que sempre se tem feito que é organizar um tipo de trabalho diferente para esses alunos.

A conselheira Ana Varela, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu que a diminuição das horas de contacto pode defraudar as expectativas dos alunos. O ideal seria mesmo voltarmos, o mais possível, ao regime presencial.

A conselheira Vanda Sousa, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que só estamos em ensino à distância porque a situação a isso obrigou. Todos parecem ter vontade de retomar o regime presencial.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, afirmou que teremos de nos sentir em segurança quando voltarmos à escola; se virmos algo estranho essa confiança vai com certeza ser abalada.

O conselheiro Gonçalo Martins, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, concorda que devemos gradualmente retomar as aulas presenciais. Os alunos estão muito cansados, louvam a adaptação dos professores a estes novos moldes, mas estar todo o dia  frente de um computador reduz a produtividade e o rendimento.

A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que, como nas suas aulas as câmaras estão desligadas (a sua e a dos alunos), só conhece a voz dos alunos, não lhes conhece a cara. Sente falta de estar com os alunos, ainda mais porque a *performance* do professor não é a mesma.

A conselheira Ana Francisca Jones, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, subscreve o que disse o conselheiro Gonçalo Martins. O cenário 2 parece-lhe o melhor. A situação atual representa um esforço enorme quer para os professores quer para os alunos. A quantidade de trabalhos  gigantesca, na medida em que, na maior parte das UC que inicialmente tinham previsto testes, foram substituídos por trabalhos. Seria importante realizar antes os testes presencialmente para não estarem tão sobrecarregados.

A conselheira Madalena Costa, representante do corpo discente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que como a turma de 1º ano é muito participativa, as aulas  distância têm corrido bem.

A conselheira Rosário Correia, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que sente falta da interação com os alunos; além de que as aulas  distância são uma grande sobrecarga.

O conselheiro João Farmhouse, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimdia, referiu que as aulas presenciais são absolutamente necessárias, ainda que confiem no trabalho que está a ser feito. Tem de partir dos alunos uma responsabilidade social coletiva para se protegerem a si e aos outros. Acrescentou que aulas com a duração de três horas em videoconferência não funcionam. Assim, se se vão manter algumas aulas  distância, as horas de trabalho síncrono no formato de Zoom têm de ser bem distribuídas.

A conselheira Ana Carlota Real, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimdia, subscreve o que o conselheiro João Farmhouse referiu sobre a duração das aulas síncronas por videoconferência. Reiterou que os colegas têm todos vontade de voltar às aulas presenciais e que confia no bom senso e na consciência de cada um para nos protegemos a nós e aos outros. As aulas presenciais fazem muita falta já que as aulas  distância não são a mesma coisa, por isso acredita que o cenário 1 esteja bastante distante e o cenário 4 mais distante ainda; os cenários 2 ou 3 parecem-lhe viáveis, especialmente no curso de AM.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, lembrou que o está a ser feito neste conselho é a construção de hipóteses sendo que depois será a direção, de acordo com as indicações do ministério, a decidir como iremos funcionar. Acrescentou que, além de todas as questões científicas e pedagógicas, o que a preocupa agora são as questões logísticas que não estão nas mãos deste órgão e que estão relacionadas com a limpeza, organização, etc.

O conselheiro Carlos Andrade, representante do corpo docente do curso de mestrado em Jornalismo, referiu que vota a favor do documento porque vai permitir à direção seguir um dos caminhos propostos; essa decisão irá sempre atender à situação da pandemia e das instruções que a escola receber das entidades competentes. Não menosprezando o trabalho que tem vindo a ser realizado no âmbito deste conselho, considera que depois de tomada a decisão pela direção aí sim poderá haver necessidade de nova reunião deste conselho para voltar a apreciar questões que têm a ver com o funcionamento das atividades de ensino e aprendizagem.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, considera a formação sobre o uso das plataformas digitais referida no documento fundamental porque não se sente preparada para continuar a gerir aulas online sem uma verdadeira formação sobre ensino à distância. Relativamente às horas de contacto e de trabalho dos alunos destacou que havendo uma redução nas horas de contacto, o trabalho dos alunos terá de ser mais autónomo, o que é concordante com o espírito de Bolonha.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que, no que diz respeito aos horários, o documento reflete uma preocupação com o regime diurno e gostaria que também fosse incluída uma referência aos mestrados que funcionam em regime pós-laboral a partir das 18.30.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, acrescentou que também poderia ser incluída uma referência aos cursos de licenciatura que funcionam em regime pós-laboral, nomeadamente os horários poderem contemplar o sábado de manhã.

A conselheira Carolina Bártole, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, concorda com a possibilidade de aulas ao sábado de manhã nos cursos em regime pós-laboral.

A Presidente propôs que no documento fosse acrescentado o seguinte: "Relativamente aos cursos em regime pós-laboral propõe-se a possibilidade de aulas ao sábado de manhã para flexibilizar o horário do início das aulas".

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que uma das coisas que os docentes do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial têm questionado é se, além das questões tecnológicas e relacionadas com a qualidade da ligação à Internet, não deveria existir um manual de boas práticas relativamente, por exemplo, à utilização de câmaras ou não durante as aulas.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, reforçou que as suas preocupações também incluem o que foi referido pela conselheira Ana Raposo, nomeadamente as práticas que temos de salvaguardar neste novo ambiente que é diferente do presencial. Mesmo que as práticas pedagógicas decorram da autonomia científica do professor, há coisas que precisam de ser esclarecidas, nomeadamente o que é que a escola pensa ser mais indicado em cada situação.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que não liga a câmara porque a ligação à internet fica mais lenta e só consegue uma ligação estável em certas zonas da casa que são espaços comuns a toda a família e não ligando a câmara é uma maneira de resguardar a família.

A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, afirmou ser sensível à partilha feita pela conselheira Beatriz Carvalho, uma vez que considera que as circunstâncias em que cada um está em casa não são iguais bem como as condições para trabalhar com alguma concentração e algum isolamento.

A conselheira Mariana Esteves, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que na sua turma praticamente todos os colegas estão com as câmaras ligadas e sempre que lhes é solicitado, como aconteceu na UC de Marketing Digital, ligam-se todos.

Não havendo mais questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Orientações pedagógicas para o ano letivo 2020-21 (anexo 3) que foi aprovada por maioria com duas abstenções e vai ser enviada à direção da escola.

Ponto 5

Assuntos supervenientes

A conselheira Madalena Costa, representante do corpo discente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que, atendendo ao que a Professora Ana Teresa Machado pediu para ser lido na última reunião, foi elaborada, em conjunto com a turma de 1º ano do mestrado em Publicidade e Marketing, a carta que passou a ler:

"Boa tarde a todos,

Na última reunião do Conselho Pedagógico, dia 21 de Abril de 2020, na qual a conselheira do primeiro ano do mestrado em Publicidade e Marketing, Madalena Costa esteve presente até às 19h10, foi lida uma carta/email da coordenadora do mestrado direcionado à turma, em resposta às seguintes afirmações proferidas na reunião de 10 de Março de 2020 que ficaram registadas na 50ª ata:

"Referiu que têm sido confrontados pela coordenadora do curso com o facto de a turma ser mais fraca do que a do ano passado. Percebem que a expectativa era elevada, mas não concordam. Apesar de virem de áreas distintas, consideram-se uma turma coesa que aceitaria críticas se fossem construtivas. São pessoas diferentes das do ano passado, mas não é por isso que deixam de ter qualidades."

Contudo, o email da coordenadora de mestrado em resposta às afirmações apresentadas apenas foi lido no final da reunião na qual a nossa conselheira já não se encontrava presente visto que já estava em aula, e como tal, a turma de Mestrado PM 1º ano 2019/2020, achou relevante responder à mesma em Conselho Pedagógico.

Em Comissão Pedagógica foi feito um balanço do 1º semestre do 1º ano do Mestrado em Publicidade e Marketing. Nessa mesma comissão, a coordenação do mestrado e as representantes da turma, Delegada Madalena Costa e Subdelegada Filipa Silva, passaram a apreciação geral da turma relativamente ao 1º semestre. Para além de terem sido esclarecidas algumas inquietações que os alunos tinham relativamente a políticas da escola, foram ainda debatidos temas como corpo docente, unidades curriculares, matérias lecionadas, métodos de avaliação e respetivos resultados de cada unidade curricular do semestre em questão. Foi referido também, a desmotivação que os alunos sentiram após terem sido confrontados com o facto de serem uma turma fraca, que em nada tinha a ver com a do ano passado, o que depois de debatido com a coordenação, ficou esclarecido que de facto teria sido apenas uma comparação com a turma do ano passado, com a qual TODOS OS DOCENTES concordaram, e que a turma iria fazer de tudo para provar o contrário.

Esta apreciação geral do corpo docente relativamente à turma foi aceite como uma crítica construtiva, à qual a turma tem feito um esforço para responder de forma positiva, e que, segundo a nossa coordenadora, temos conseguido neste segundo semestre. Tendo a turma ficado com sensação de que este assunto estaria esclarecido.

Na preparação, por parte da turma, para o Conselho Pedagógico, foi pedido à Conselheira Madalena Costa (que é também Delegada de Turma e que foi escolhida por unanimidade como representante para Conselho Pedagógico) que o mesmo balanço feito em Comissão Pedagógica fosse transmitido em Conselho Pedagógico, nunca tendo como objetivo colocar em causa o profissionalismo da coordenação deste mestrado, mas expondo mais uma vez tudo aquilo que a turma acredita que deve ser melhorado.

Temos todo o interesse em que a relação entre a turma e a coordenação seja proveitosa para ambas as partes. Pelo que não compreendemos o porquê do desagrado e surpresa mencionados pela mesma, dado que tudo o que foi dito, foi também discutido em comissão pedagógica com a coordenação do mestrado: nomeadamente Dr. Ana Teresa Machado e Dr. Ana Antunes.

Sentimos inclusive que todas as inquietações que existiam entre a turma e a coordenação relativamente ao 1º semestre tinham sido esclarecidas, tendo sido notada uma melhoria significativa nesta relação, pois a turma tem-se sentido bastante acompanhada e apoiada pela coordenação e por todos os docentes no decorrer deste 2º semestre (ainda que na situação atípica em que vivemos).

A turma do 1º ano do Mestrado em Publicidade e Marketing tem demonstrado ser bastante coesa e solidária. É composta por discentes íntegros e capacitados tanto a nível pessoal como profissional, que acreditam neste Mestrado e nesta Escola como uma formação que nos tornará melhores profissionais. Como tal não aceitamos que a nossa idoneidade seja posta em causa desta forma.

No que respeita aos três momentos indicados pela coordenação, a turma gostaria de clarificar que nunca tencionou não ser solidária com a ESCS e respetivos órgãos de governação, ressaltando que apesar de no início do ano ter tido alguma dificuldade em aderir às credenciais necessárias para os canais institucionais por falta de compatibilidade horária com alguns serviços académicos, o que lamentamos, tem todo o interesse em colaborar e ser solidária com a ESCS. Como já referido, somos alunos mas também escolhemos a ESCS, pelo que não temos como objetivo resistir a qualquer regra ou forma de gestão da escola.

Relativamente ao tema das cartas de motivação, a turma não compreende o referido, tendo em consideração que nenhum aluno menosprezou esse critério de seriação em momento algum. Respeitante à questão do plágio, a turma admite que houve casos em que as avaliações acusaram plágio, porém foram apenas 4 casos e foi devido a citações e referências feitas de forma errada - algo que foi também debatido em Comissão Pedagógica e que inclusive foi pedido pelas representantes que na Unidade Curricular de Seminários Temáticos de Publicidade e Marketing fosse disponibilizado um seminário sobre este tema para que o mesmo fosse revisto e desenvolvido pela turma.

Relativamente ao decorrer deste 2º Semestre queremos informar que o balanço geral feito pela turma, até à data, é satisfatório sendo que em opinião unânime o semestre está a correr bem. O corpo docente tem sido incrível, sempre preocupado com os alunos de modo a garantir que nunca há dúvidas e que as matérias lecionadas ficam sempre clarificadas e esclarecidas, para além da preocupação têm mostrado uma enorme disponibilidade, o que leva a turma a fazer um balanço positivo do semestre até à data. Havendo apenas uma inquietação relativamente ao número de momentos de avaliação que acreditamos preencher em demasia o calendário escolar para o semestre a decorrer.

Apesar do balanço positivo deste 2º semestre, com todos os incidentes que têm acontecido e considerando todas as unidades curriculares e as matérias lecionadas ao longo deste 1º ano de mestrado, a turma gostaria de exprimir o seu descontentamento e a sua desmotivação para com o mestrado como um todo, sendo que numa ótica geral encontra-se um pouco aquém das expectativas que a turma tinha. Os alunos têm sentido que, muitas vezes, apesar dos conteúdos serem interessantes, as ferramentas não são passadas, o que tem levado os alunos a equacionar se no fim deste mestrado conseguirão um sentimento de "missão cumprida" face aos objetivos propostos pelo mesmo.

Desejamos que se mantenham seguros,

Atentamente,
Em representação da Turma do 1º ano do Mestrado em Publicidade e Marketing,
A Delegada e Subdelegada,
Madalena Costa e Filipa Silva".

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que decidiu apresentar o assunto à coordenação do curso por ter considerado as palavras da conselheira Madalena Costa muito pesadas. Em resposta, a Coordenadora do curso decidiu escrever a carta que tinha lido nos assuntos supervenientes da reunião passada. Lamenta que a conselheira Madalena Costa não estivesse nessa altura presente na reunião. Destacou que se sente desconfortável com esta situação e considera que esta troca e leitura de cartas nos assuntos supervenientes não deve continuar e por isso considera fundamental que a turma e a coordenação do curso se reúnam e procurem resolver esta situação, disponibilizando-se para ajudar no que for necessário.

A Presidente reiterou as palavras da conselheira Zélia Santos e apesar de considerar que ultrapassa as competências deste órgão também se disponibilizou para, em conjunto com a conselheira Zélia Santos, poder mediar o encontro entre a turma e a coordenação do curso, se assim o entenderem. Relembrou que as situações devem ser sempre resolvidas entre os implicados, neste caso, a turma e a coordenação do curso, e considera que, no seguimento do que aconteceu na última reunião, a turma deveria ter solicitado um encontro com a coordenação do curso para resolver a situação.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que atendendo ao documento sobre as Orientações Pedagógicas que entretanto foi aprovado gostaria de destacar que todos os planeamentos, formas de ensino e avaliação sejam pensados atendendo à salvaguarda da segurança e a qualidade do ensino. Atendendo ao cenário 2, considera fundamental o manual de boas práticas sempre atendendo à qualidade do ensino; pormenores como o das câmaras estarem sempre ligadas têm de ser revistos. Destacou igualmente a necessidade de formação para docentes e responsabilização dos alunos para as novas práticas.

A conselheira Ana Varela, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, manifestou o seu acordo com a conselheira Fernanda Bonacho e destacou a importância de ver a cara dos alunos. Podem sempre colocar um fundo virtual para não invadirmos a privacidade de cada um, mas é fundamental vermo-nos.

A conselheira Ana Francisca Jones, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, afirmou que liga a câmara porque entende ser confortável para o professor mas considera que é uma questão que deveria ser deixada ao critério de cada professor. A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que, em geral, os professores não pedem para ligar a câmara.

O conselheiro Gonçalo Martins, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, considera que esta é uma questão individual; mais importante do que estar num manual é a sensibilização dos alunos. O obrigatório pode ser dissuasor.


A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, questionou se a época especial de exames em setembro seria presencial ou não.

A Presidente referiu que o que está definido relativamente às épocas normal e de recurso provavelmente se vai aplicar à época especial. A direção entretanto decidirá.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 19 de maio de 2020

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

A handwritten signature in black ink, reading "Maria João Centeno". The signature is written in a cursive, flowing style.

(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

Anexo 1

Regulamento de Frequência e Avaliação de Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais

Regulamento de Frequência e Avaliação de Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais

Preâmbulo

O Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais foi aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 19 de maio de 2020 e ratificado em reunião do Conselho Técnico Científico de X de X de 2020.

Artigo 1.º

Objeto

1. A Escola Superior de Comunicação Social do Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL) inclui, na sua oferta educativa, uma Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais (PGICC).
2. O curso de PGICC foi criado para corresponder às necessidades de aprofundamento e de aquisição de técnicas e de conhecimentos nas áreas da economia e das atividades criativas, apoiando a formação especializada e o desenvolvimento do setor em Portugal.

Artigo 2.º

Destinatários

O curso de PGICC destina-se a diplomados nas áreas das Ciências Sociais, das Humanidades, das Artes e da Comunicação e, de modo geral, a todos os que têm interesse pelas temáticas das indústrias criativas, nas suas vertentes académicas e profissionais.

Artigo 3.º

Objetivos do curso

O curso de PGICC tem como objetivos:

- a) A formação continuada, o aprofundamento ou a aquisição de conhecimentos e recursos técnicos nas áreas da economia criativa, dotando os destinatários das competências necessárias ao desenvolvimento de atividades profissionais e de investigação no setor;
- b) Privilegiar o desenvolvimento da capacidade de análise da realidade e das tendências transformativas das Indústrias e Culturas Criativas e a criação e gestão de projetos, produtos e serviços, compreendendo as necessárias competências de pesquisa de mercado e de comunicação estratégica neste setor;
- c) Reunir e desenvolver contributos de cada uma das áreas de formação fundamentais para o setor das Indústrias Criativas e Culturais e projetá-los no ensino, na investigação e na extensão à sociedade.

Artigo 4.º

Áreas científicas

O curso de PGICC tem a sua estrutura curricular repartida por várias áreas científicas, com maior incidência nas Ciências Sociais, Ciências Empresariais e Marketing.

Artigo 5.º

Duração do curso

O curso tem a duração de 2 (dois) semestres letivos, correspondentes a 40 (quarenta) ECTS.

Artigo 6.º

Regras sobre a admissão à Pós-Graduação

São admitidos à candidatura ao curso de PGICC os candidatos que:

- a) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área das ciências sociais, das humanidades, das artes, da comunicação, das ciências empresarias, ou;
- b) Sejam detentores de um currículo científico ou profissional que venha a ser considerado adequado à realização desta Pós-Graduação.

Artigo 7.º

Candidatura

A candidatura efetua-se através da plataforma *online* disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificados de habilitações académicas com a respetiva estrutura curricular, certificado com a média de final de conclusão dos cursos, *Curriculum Vitae* detalhado e um documento de identificação.

Artigo 8.º

CrITÉRIOS de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no artigo 6.º do presente Regulamento serão selecionados e seridos tendo em atenção os seguintes critérios:
 - 1.1. Curriculum
 - a) Académico;
 - b) Científico;
 - c) Profissional.
 - 1.2. Formação Académica
 - a) Nota de licenciatura;
 - b) Outras formações ;
 - c) Adequação da formação à área da Pós-Graduação.
2. Os critérios definidos em 1.1 e em 1.2 são sempre obrigatórios.

3. Em edital de abertura anual de concurso serão indicadas as ponderações para os critérios definidos em 1.1 e 1.2 e com base nestas proceder-se-à à seriação dos candidatos.
4. O processo de seleção pode ser repartido em várias fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase, dentro do total aprovado.
5. A seleção dos candidatos admitidos compete à comissão científica do curso, mediante apreciação curricular, sendo realizada entrevista sempre que os elementos constantes do *curriculum vitae* não sejam suficientes para a avaliação da candidatura.

Artigo 9.º

Vagas e prazos

O número de vagas e os prazos de candidatura à Pós-Graduação serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico Científico da ESCS, sob proposta do Presidente da ESCS.

Artigo 10.º

Condições de funcionamento

A ESCS-IPL assegura as condições necessárias e suficientes ao funcionamento do programa de estudos da Pós-Graduação, nomeadamente:

- a) Um projeto educativo, científico e cultural superiormente adequado aos objetivos fixados;
- b) Um corpo docente próprio, constituído por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes da Pós-Graduação;
- c) Recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, bibliotecas e laboratórios adequados.

Artigo 11.º

Frequência e propinas

1. A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.
2. A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares (UC) do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.
3. Da candidatura é devido emolumento, previsto na Tabela de Emolumentos do IPL em vigor. As taxas de matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente e divulgadas no edital de abertura da Pós-Graduação.

4. O aluno pode, a título excecional e devidamente justificado, requerer a suspensão da frequência do curso, retomando a frequência no ano letivo seguinte, desde que o curso de Pós-Graduação funcione.
5. A repetição da frequência de UC num ano letivo seguinte, com exceção do previsto na alínea anterior, implica o pagamento de uma propina proporcional ao número de ECTS dessas unidade curricular.

Artigo 12.º

Funcionamento

1. O curso tem a duração de 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação .
2. Cada semestre corresponde a 20 (vinte) semanas, distribuídas entre o período letivo e as épocas destinadas aos exames.
3. A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.
4. As datas de início e fim dos semestres letivos, dos períodos de férias e dos momentos específicos de avaliação são fixadas pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Técnico Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.
5. As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pela coordenação pedagógica do curso e homologadas e divulgadas pelo Presidente da instituição, no primeiro trimestre do ano letivo.

Artigo 13.º

Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

1. O curso é constituído por 2 (dois) semestres conducentes à obtenção de 40 (quarenta) ECTS que confere um Certificado de Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais.
2. A estrutura do curso é composta por 8 (oito) unidades curriculares obrigatórias.
3. A estrutura curricular do curso, em termos de ECTS por Área Científica e horas de contato, é a seguinte:

	Unidades Curriculares	Área Científica	Carga Horária	ECTS
1º SEMESTRE				
1	Empreendedorismo, Inovação e Modelos de Negócio	CS	30	5
2	Economia, Indústrias Criativas e Desenvolvimento	CS	30	5
3	Direitos de Autor, Direitos Conexos e Regime das Marcas	CS	30	5
4	Indústrias Criativas e Políticas Públicas	CS	30	5
2º SEMESTRE				
5	Produção e Gestão de Projetos Criativos e Digitais	CS	30	5
6	Marketing, Comunicação de Organizações e Produtos Criativos	EPM	30	5
7	Modelos e Técnicas de Criatividade	EPM	30	5
8	Metodologias de Investigação e Interação com a Indústria e Comunidade Cultural	CS	30	5
TOTAL:			240	40

Artigo 14.º

Avaliação

Ponto prévio: Só serão admitidos em exame os estudantes inscritos. Esta inscrição terá de ser efetuada até ao terceiro dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Além disso, os estudantes deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

1. A aprovação em cada unidade curricular do curso é expressa no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte), bem como no seu equivalente na escala europeia da comparabilidade de classificações, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de junho;
2. Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:
 - a) Avaliação contínua;
 - b) Avaliação periódica
 - c) Avaliação por exame.
3. Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.
4. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.

5. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude acadêmica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.
6. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:
 - a) Advertência;
 - b) Suspensão temporária.
7. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

Artigo 15.º

Avaliação contínua

1. Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.
2. No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados, na ficha de unidade curricular, todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.
3. No regime de avaliação contínua deve existir, pelo menos, uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40%.
4. A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até ao último dia da época normal de exames.
5. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

Artigo 16.º

Avaliação periódica

1. Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do semestre letivo.
2. A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.
3. Deve existir, pelo menos, uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60%.
4. Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste. Neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer 15 (quinze) dias antes do final do período letivo.

5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do exame da unidade curricular na época de recurso.
6. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

Artigo 17.º

Avaliação por exame

1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.
2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.
3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.
4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.
5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização do exame.
6. A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.
7. Têm acesso à época normal de exames:
 - a) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
 - b) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.
8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:
 - a) Não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 15.º, 16.º e 17.º deste Regulamento;
 - b) Pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.
9. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
10. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 15 (quinze) ECTS.
11. Têm acesso à época especial os estudantes:
 - a) Com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;

- b) Que no final da época de recurso tenham até 10 (vinte) ECTS para concluir o curso.
12. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
13. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Esta possibilidade caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

Artigo 18.º

Consulta de provas escritas

1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
2. Em caso de consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Artigo 19.º

Revisão de provas escritas

1. Atendendo à natureza da avaliação contínua, que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas escritas de exame e de avaliação periódica.
2. O pedido de revisão de provas escritas é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias úteis após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido, será fornecida ao estudante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar, por escrito, a fundamentação do pedido de revisão de provas escritas.
3. O pedido será enviado ao coordenador da secção (e dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular) onde se insere a unidade curricular, que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie, por escrito, sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas escritas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.
4. O docente responsável pela revisão de prova escrita informa o coordenador de secção sobre o resultado do pedido de revisão da prova escrita e o coordenador de secção envia o resultado aos Serviços Académicos.
5. O resultado da revisão de provas escritas será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante, coordenador de curso e professor responsável da unidade curricular, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.

6. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará, por escrito, os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
7. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.
8. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 20.º

Recurso da revisão de provas escritas

1. O recurso da revisão de provas escritas, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.
2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o referido Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na lecionação da unidade curricular ou na revisão da nota.
3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 21.º

Trabalhador-Estudante

1. Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:
 - a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
 - b) Trabalhadores por conta própria;
 - c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a seis meses.
2. O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador estudante nos termos dos números seguintes.
3. A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:
 - 3.1. Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:
 - a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só

- será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
- b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.
 - c) O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.
- 3.2. Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:
- a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.
- 3.3. Se trabalhador por conta própria:
- a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
 - b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.
- 3.4. Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:
- a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.
4. Os documentos mencionados nos números 3.1, 3.2 e 3.3 devem ter data igual ou inferior a 30 (trinta) dias.
5. Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:
- a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
 - b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 3.
6. O trabalhador-estudante não está sujeito:
- a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
 - b) Ao regime de prescrição;
 - c) às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua;
 - d) Normas que limitem o número de exames a realizarem na época de recurso e especial.
7. Os estudantes com Estatuto de Trabalhador-Estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.
8. Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.
9. Nos casos das unidades curriculares que se revistam de caráter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a

aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.

10. O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.
11. As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 22.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica -se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, "Regime Jurídico do Associativismo Jovem", aos estudantes da Pós-Graduação que sejam dirigentes da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas.
2. A Associação de Estudantes deverá indicar, ao Presidente da ESCS, os estudantes/ dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos, documento comprovativo da sua tomada de posse.
3. A suspensão, cessação ou perda de mandado do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.
4. O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:
 - a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
 - b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.
5. A relevação das faltas depende da sua comunicação à coordenação da Pós-Graduação, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 4.
6. Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.
7. O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.
8. O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:
 - a) Requerer exame na época especial a 2 (duas) unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
 - b) Requerer até 5 (cinco) exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de dois por unidade curricular;

- c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, de acordo com o previsto nas normas internas na instituição .
9. Os direitos conferidos neste ponto podem ser exercidos no prazo de 1 (um) período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.
10. Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame, de acordo com as disposições internas da ESCS-IPL.
11. Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 8 devem efetuar o requerimento até ao dia 21 (vinte e um) do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.
12. Compete ao Presidente da ESCS-IPL assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.
13. O acesso a exames previstos no n.º 8 só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.
14. Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de ECTS já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.
15. Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões de assembleias gerais, no caso de estas coincidirem com o horário letivo.
16. Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS-IPL, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o término da assembleia geral.
17. Aos estudantes que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente artigo.
18. Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente artigo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente da unidade orgânica, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação .
19. As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pela presente alínea aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.
20. Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses

subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

21. Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.
22. No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 23.º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica-se aos estudantes que tenham um estatuto especial:
 - a) Estatuto de parturiente;
 - b) Estatuto de mães e pais estudantes;
 - c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
 - d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
 - e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão académica;
 - f) Estatuto de estudantes investigadores;
 - g) Estatuto de estudante portador de deficiência;
 - h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
 - i) Estatuto de estudante bombeiro;
 - j) Estatuto de estudante voluntário.
2. A estes estudantes aplica-se, sem prejuízo da lei geral, o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 24.º

Processo de atribuição da classificação da Pós-Graduação

1. No certificado de Pós-Graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).
2. A classificação final do certificado de Pós-Graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 40 (quarenta) ECTS.

Artigo 25.º

Prazos de emissão do certificado

A emissão do certificado final do curso será feita no prazo de 20 (vinte) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias úteis.

Artigo 26.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do curso de Pós-Graduação é da responsabilidade do Conselho Técnico Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 27.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

Anexo 2

Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais para o Ano Letivo 2020/2021 e seguintes

Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais para o Ano Letivo 2020/2021 e seguintes

O presente regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações decorre da necessidade de enquadrar as alterações introduzidas pelo novo Plano de Estudos do Curso de Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais e articulá-las com a formação anteriormente ministrada.

As normas de transição, entre o antigo e o novo plano de estudos, são fixadas pelos órgãos competentes da ESCS, os Conselho Pedagógico e Técnico Científico, sob proposta da Coordenação do Curso.

O processo de creditações, englobando os dois planos de estudo, obedece ao regime adotado na Declaração de Bolonha relativamente ao sistema de créditos académicos, considerando-se o volume de trabalho de que estão incumbidos os alunos, traduzido no valor de ECTS atribuídos às unidades curriculares (Anexo I).

Artigo 1º

1. Os novos plano de estudo e de creditações entram em vigor no ano letivo 2020-2021.
2. O novo plano de estudos aplica-se a todos os alunos matriculados no 1º ano.
3. Os alunos que reingressarem, após suspensão da matrícula, serão colocados no respetivo semestre curricular do novo plano de estudo, em função das normas definidas neste Regulamento e das creditações que lhes forem concedidas.
4. Os alunos aprovados em unidades curriculares do antigo plano de estudos têm a possibilidade de efetuar inscrição para melhoria de nota em qualquer unidade curricular, de acordo com o Regime de Frequência e Avaliação do curso.

Artigo 2º

Eventuais casos omissos no presente Regulamento serão analisados pela Comissão de Creditações, mediante proposta da Coordenação de Curso.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor depois de aprovado pelo Conselho Pedagógico, pelo Conselho Técnico Científico e homologado pelo Presidente da ESCS.

Anexo I

Plano de Creditações a conceder no âmbito da alteração ao plano de estudos

Plano de Estudos Antigo			Plano de Estudos Atual		
Unidade Curricular	Área Cient.	ECTS	Unidade Curricular	Área Cient.	ECTS
Empreendedorismo, Inovação e Modelos de Negócio	CS	5	Empreendedorismo, Inovação e Modelos de Negócio	CS	5
Produção e Gestão de Projetos Criativos e Digitais	CS	5	Produção e Gestão de Projetos Criativos e Digitais	CS	5
Economia, Indústrias Criativas e Desenvolvimento +	CS	2,5	Economia, Indústrias Criativas e Desenvolvimento	CS	5
Indústrias Criativas e Políticas Públicas		+			
ou		2,5			
Direitos de Autor, Direitos Conexos e Regime de Marcas		ou			
		2,5			
Marketing, Comunicação de Organizações e Produtos Criativos +	EPM	2,5	Marketing, Comunicação de Organizações e Produtos Criativos	EPM	5
Estudos de Mercado		+			
ou		2,5			
Modelos e Técnicas de Criatividade		ou			
		2,5			
Metodologias de Investigação e de Projeto +	CS	2,5	Metodologias de Investigação e Interação com a Indústria e Comunidade Cultural	CS	5
Seminário: Interação com a Indústria e Comunidade Cultural		+			
		2,5			

Regulamento aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 19 de maio de 2020 e em reunião de Conselho Técnico-Científico de X de X de 2020.

Anexo 3

Orientações pedagógicas para o ano letivo 2020-21

Orientações pedagógicas para o ano letivo 2020-21

Conselho Pedagógico

Maio 2020

Antecipando a preparação e o planeamento do próximo ano letivo, o Conselho Pedagógico vem, por este meio, atendendo à necessidade de garantir a segurança e a saúde de toda a comunidade escolar e de assegurar um clima de confiança e tranquilidade indispensável para um bom funcionamento letivo, propor um conjunto de orientações. Em todas elas se pretendem garantir as práticas de ensino/aprendizagem e respeitar a autonomia científica e pedagógica dos docentes a quem cabe decidir quais as formas mais apropriadas de ministrar conteúdos e de avaliar as aprendizagens em cada UC.

Atendendo à implementação das medidas para levantamento progressivo dos planos de contingência do Politécnico de Lisboa, sujeitas à avaliação do impacto da evolução da pandemia por SARS-CoV-2, parece-nos necessária a antecipação de cenários para garantir as práticas de ensino/aprendizagem na ESCS.

Cenário 1: atividades letivas presenciais

Num cenário semelhante ao ocorrido antes de março de 2020, propõe-se que todas as UC funcionem presencialmente com as devidas alterações decorrentes do plano de contingência em vigor nesse momento.

Cenário 2: combinação entre atividades letivas presenciais e à distância

Procurando limitar o número de pessoas em simultâneo nas instalações da ESCS, propõe-se a adoção de processos de ensino e aprendizagem à distância combinados com atividades letivas presenciais, destinadas a aulas teórico-práticas, laboratoriais e de avaliação de aprendizagens.

Numa semana poderiam funcionar 3 UC em regime presencial e as outras à distância; na semana seguinte trocariam e assim sucessivamente.

Outra possibilidade é as UC funcionarem em módulos intensivos; na primeira parte do semestre funcionam, por exemplo, 3 UC e na segunda parte as outras 3, desde que o

horário letivo do docente não ultrapasse o número de horas definido (máximo de 12 horas semanais).

Cenário 3: atividades letivas predominantemente à distância, com exceção das que impliquem obrigatoriamente a utilização dos recursos tecnológicos da ESCS

Procurando reduzir o número de pessoas em simultâneo nas instalações da ESCS, propõe-se a adoção predominante de processos de ensino e aprendizagem à distância combinados com atividades letivas presenciais nas UC que requeiram a utilização dos recursos tecnológicos da ESCS, depois de identificados o número de aulas necessárias e os recursos a alocar.

Cenário 4: atividades letivas à distância

Num cenário em tudo semelhante ao ocorrido a partir de 13 de março de 2020, propõe-se que todas as UC funcionem remotamente.

Frequência das atividades letivas presenciais

Atendendo aos cenários 1, 2 e 3, aos estudantes que não possam frequentar as atividades presenciais por pertencerem a um grupo de risco, desde que devidamente atestado no ato da matrícula, deve a ESCS facilitar o acesso ao processo de ensino e aprendizagem à distância.

Horários

Atendendo aos cenários 1, 2 e 3, sugere-se que os horários sejam organizados para que, e sempre que possível, as UC que compõem o semestre por turma sejam lecionadas na mesma sala. Os estudantes devem sentar-se sempre no mesmo lugar, de forma a reduzir a variação e número de contactos. Nas salas é indispensável a disposição de sinalética que indique os lugares que podem ser ocupados para garantir as regras de distanciamento físico.

Sempre que possível, concentrar o máximo de aulas de cada turma para que possa ser reduzido o número de vezes que os estudantes têm de se deslocar à ESCS, ao longo da semana.

O horário das turmas dos cursos em regime diurno deve concentrar, sempre que possível, as aulas entre as 10h e as 17h, para evitar os períodos de maior afluência dos transportes públicos nas deslocações escola-casa-escola. Relativamente aos cursos em regime pós-laboral propõe-se a possibilidade de aulas ao sábado de manhã para flexibilizar o horário do início das aulas.

Os horários devem igualmente contemplar períodos curtos entre aulas para que possa ser realizada a higienização de todos os espaços e superfícies.

Nas UC que requeiram para a consecução dos objetivos de aprendizagem um contexto laboratorial, as aulas de três horas devem ser distribuídas por períodos por exemplo de uma hora com um número mais reduzido de estudantes para limitar o tempo e a proximidade física dos contactos.

Disponibilização de recursos digitais de apoio técnico e formação

No início do ano letivo, e atendendo aos cenários 2, 3 e 4, deverão ser disponibilizados à comunidade escolar recursos digitais de apoio e formação no uso das plataformas digitais e de gestão académica, bem como, no caso dos docentes, de adaptação ou criação de conteúdos para o contexto de ensino e aprendizagem à distância.

Deverá também existir na ESCS um conjunto de salas disponível para ser usado por estudantes e docentes que manifestem essa necessidade.

Licenças de software

Atendendo aos cenários 2, 3 e 4, deverá existir um maior número de licenças dos softwares mais comumente usados por docentes e estudantes para que possam ser usadas para instalação nos computadores pessoais dos utilizadores em regime de confinamento ou quarentena.

Plataformas digitais de comunicação e gestão académica

Atendendo aos cenários 2, 3 e 4, as plataformas adotadas para a comunicação e gestão académica deveriam estar parametrizadas logo após a inscrição dos estudantes do 2.º e 3.º anos para que os docentes possam proceder à planificação das suas UC, ao carregamento de conteúdos, materiais pedagógicos bem como à parametrização dos recursos disponíveis nas páginas das UC na plataforma Moodle.

Prevendo-se um uso mais intensivo destas plataformas, a cota disponível para a entrega de ficheiros deve ser aumentada bem como a disponível no email institucional.

Kit escolar

Sugere-se que o kit, distribuído à comunidade escolar, no início do ano letivo integre: um folheto informativo sobre medidas de higiene das mãos, etiqueta respiratória, distanciamento físico, utilização adequada de máscaras faciais e procedimentos de mobilidade a adotar no interior do edifício, através da indicação dos circuitos disponíveis e que promovam o distanciamento físico entre os membros da comunidade escolar; solução antisséptica de base alcoólica e máscaras de uso geral.